

O cruzamento das ausências e das presenças na tessitura de vulnerabilidades e de riscos de desastres em áreas de desenvolvimento tardio: o caso de Vila Velha (Espírito Santo, Brasil)¹

Teresa Rosa da Silva
Universidade Vila Velha

Caterine Reginensi
Universidade Estadual do Norte Fluminense

Túlio Gava Monteiro
Universidade Federal do Espírito Santo

Ricardo Matos de Souza
Universidade de Vila Velha

Resumo

Esse trabalho discute como as condições de vulnerabilidade socioambiental se *tecem* em áreas urbanas periféricas que procuram a internacionalização de sua economia. Esse é o caso de Vila Velha, que vem sendo impactada por desastres de diferentes naturezas e enfrentam a pressão de grandes empreendimentos, acentuando a situação de injustiça ambiental. Parte-se do pressuposto de que: o urbano moderno, trazido pela Modernidade, se instala sobre a base biogeofísica do território sem tomar em consideração a sua lógica ecológica; e o processo de desenvolvimento revela a relação Natureza-Sociedade. Observa-se que as comunidades estudadas apresentam dificuldades tanto em se prepararem quanto em responderem as situações de desastres, naturalizando-os devido a lacuna deixada pelos atores da gestão de risco.

Palavras-chave

Vulnerabilidade - Vila Velha - desastre - injustiça ambiental

Abstract

This work discuss the way how socio-environmental vulnerability conditions weaving on peripheral urban areas that look for an internationalization of economy. This is the case of Vila Velha, impacted through natural disasters and dealt with the pressure of huge companies that set them into an environmental injustice. It is assumed that the modern urban, brought by Modernity,

¹ AGRADECIMENTOS: Ao CNPq e a UVV-ES pelo financiamento; aos bolsistas de IC e aos alunos-voluntários dos cursos de Relações Internacionais (Roberta Favero de Jesús e Johana Carolina Trapuzzano Casal), Geologia, Fotografia, Comunicação (Matheus Woshington), Ciências Biológicas e Pedagogia; aos mestrandos do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política que contribuíram, direta e indiretamente, com essa pesquisa; e aos pesquisadores do Núcleo de Estudos Urbanos e Socioambientais/NEUS (PPGSP, UVV-ES).

settle in a bio-geophysical base does not consider the ecologic logic or the environmental esthetic (as if they were absent from reality); and the development process reveal the Nature-Society relation. What has been observed, during the fieldwork is that studied communities present difficulties on prepare themselves and answer to disasters situations, occurring a naturalization of these impacts because of the vacuum left by the actors involved on risk management.

Keywords

vulnerability - Vila Velha - disaster - environmental injustice

Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo discutir el modo por el cual las condiciones de vulnerabilidad socioambiental se tejen en áreas urbanas periféricas que buscan la internacionalización de su economía. Éste es el caso de Vila Velha, la cual ha sido impactada por desastres de diferentes naturalezas y que enfrentan la presión de grandes proyectos de desarrollo, los cuales dejan las comunidades en una situación de injusticia ambiental. Puesto que: lo urbano moderno, que ha surgido por la Modernidad, se instala sobre la base biogeofísica del territorio sin tomar en cuenta su lógica ecológica; y el proceso de desarrollo muestra la relación entre naturaleza –sociedad. Lo que se observa es que las comunidades estudiadas presentan dificultades tanto en prepararse como en responder a situaciones de desastres, “naturalizando” esta situación por cuenta de una brecha dejada por los sectores envueltos en la gestión de riesgo.

Palabras clave

Vulnerabilidad - Vila Velha - desastre - injusticia ambiental

Introdução

Em forma de ensaio, a presente reflexão traz para discussão a questão da vulnerabilidade socioambiental em ambiente urbano moderno em áreas periféricas do sistema capitalista industrial dentro do cenário de redução de riscos de desastres e de injustiça socioambiental. Essas áreas são, historicamente, inerentes ao sistema – mundo (Wallerstein, 1993, *apud* Adda, 1997) na medida em que elas são (de novo ou sempre o foram) partes constituintes do processo de internacionalização implicando uma divisão internacional do trabalho, onde os seus produtos, basicamente, advindos da exploração de matérias primas, são essenciais para abastecerem as indústrias em áreas centrais.

O uso da categoria central nesse trabalho não se refere somente as economias tradicionalmente mais centrais em nível mundial, os países do Norte ou que, historicamente, foram as metrópoles. Esse uso atenta, também, para áreas centrais dentro de um mesmo país, o que pressupõe a existência de periferias econômica e socialmente falando. Essas podem ser tanto periferias geograficamente falando quanto periferias como os “aglomerados subnormais”, que, muitas vezes, se localizam em áreas urbanas centrais. Apesar disso, o uso do termo periferia aponta para áreas ou territórios que, de alguma forma, se situam a margem do que se estabeleceu como sendo “centro” ou desenvolvido, sendo, numa escala mundial, os países do Sul como, numa escala regional, áreas de desenvolvimento tardio.

Esse é o caso do Espírito Santo (ES), no Brasil, estado localizado na Região Sudeste, a mais rica do país, onde estão estados com economias mais consolidadas como é o caso de São Paulo ou Minas Gerais. Num recorte temporal, o processo de desenvolvimento do ES, na perspectiva aqui adotada, remonta a segunda metade do século XX. Compreende-se, no entanto, que tal

processo reflete políticas nacionais de período histórico anterior como é o caso do cultivo do café, produto para a exportação; e, até mesmo, projetos do período colonial de uso das terras espírito santense como barreira para a entrada em direção as minas gerais – minas de ouro e prata exploradas durante o período colonial. Como se vê, essas terras tomaram parte, desde cedo, no que viria a ser considerado, recentemente, como processo de expansão capitalista da economia brasileira. Isto significa dizer que esse estado já fazia, conseqüentemente, parte do sistema-mundo wallersteiniano num processo de formação de um espaço econômico internacional originalmente europeu (Adda, 1997).

Assim, o recorte histórico aqui proposto se justifica porque é, a partir dos anos 50/60, que o ES é alçado a uma posição de destaque no processo de internacionalização da economia no Brasil do pós Segunda Guerra Mundial. Isso vai ocorrer graças a uma nova estruturação da sua própria economia que deixa as históricas bases agrárias para adentrar na economia de bases industriais (Siqueira, 2010, p. 164). Desde então, foram instalados, na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), projetos de desenvolvimento econômico industriais, portuários e, mais recentemente, petrolíferos e imobiliários. Tais projetos são instalados com pouco critério (ou quase nenhum) do que hoje adjetiva-se como sendo socioambiental. Na abordagem dessa reflexão, isso significa dizer que não havia uma preocupação em compreender as características da dinâmica da base biogeofísica do território da RMGV.

Era o período da ditadura civil militar no Brasil. Era o período da (re) expansão do capitalismo no mundo pós guerra. Era a Guerra Fria em pleno vapor. Era o período inicial dos debates ambientalistas no cenário internacional com reuniões sobre a degradação ambiental que assolava os países do Norte ou centrais do sistema-mundo. O Brasil tomou uma posição firme, na

Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (Estocolmo, 1972), se colocando aberto ao crescimento econômico, onde a exploração dos seus recursos naturais seria o mote juntando ao anseio de então de integração nacional. O país, então, abre as suas fronteiras para que empresas transnacionais se instalem em seu território.

A escolha do local onde seriam implantados os tais projetos de desenvolvimento RMGV não levou em consideração aspectos da dinâmica biogeofísica local. Por exemplo, o vento NE, predominante da região, e a situação geográfica geral de seus municípios do entorno daquela época, como é o caso de Vila Velha, acarreta, décadas após essa implantação, a exposição da sua população a níveis de degradação ambiental por conta de emissões derivadas dessas atividades industriais de transformação. Mesmo que controladas hoje por legislação ambiental, as atividades impactam a dinâmica sócio- ecológica local. A esse quadro de natureza econômica, se junta um quadro de urbanização intensa e “desordenada” que acarreta o uso (e abuso, como se verá a seguir) de recursos naturais locais sem qualquer consideração das dinâmicas dos ecossistemas locais por conta, também, de escassas políticas públicas territoriais.

Nesse cenário complexo, situações de injustiça socioambiental vêm sendo reafirmadas. As vulnerabilidades sociais sob as quais vivem comunidades inteiras não são mitigadas pelo Estado. À elas, se somam as situações de risco de desastres em que vivem, potencializando e desvelando tais vulnerabilidades. Os desastres vêm sendo registrados com maior recorrência em função da conjugação de fatores diversas naturezas. Assim, se eventos de inundações ou de movimentos de massa fazem parte tanto da história ambiental desse território quanto das histórias de vida de seus habitantes, esses eventos não foram fatores levados em consideração, durante décadas de uso e ocupação do solo urbano, pelo poder público. Esse é o ator da governança territorial que deveria

gerir os usos do solo para não se chegar aos abusos que uma ocupação “desordenada” transparece. Assim, o que se observa é a expansão de uma ocupação sem um ordenamento de um território com características, originalmente, de vulnerabilidade. Planícies de inundação, encostas de maciços rochosos, margens de corpos d’água foram sendo usados e ocupados sem se levar em conta que fossem áreas de proteção permanente (APPs) tal como considerados pela legislação brasileira desde a década de 60 (Brasil, 2012²).

Portanto, é nesse cenário intrinsecamente complexo que se insere a presente reflexão que visa discutir o modo pelo qual as condições de vulnerabilidade socioambiental se tecem em áreas urbanas periféricas que, num processo de internacionalização de sua economia, assumem, na sua intervenção no território, um modo determinado de leitura da realidade, aquela trazida pela Modernidade. Esse é o caso do município de Vila Velha (Espírito Santo, Brasil), município que tem comunidades convivendo com injustiças ambientais e sendo impactadas, nas últimas décadas, por desastres de diferentes naturezas: chuvas de verão intensas, estiagens prolongadas, movimentos de massa. São essas comunidades que enfrentam a dupla pressão de dois atores da governança do território: a dos grandes empreendimentos industriais e imobiliários e a dos atores estatais. Dupla pressão essa que colocam-nas em situação de injustiça socioambiental.

Com base em resultados preliminares do projeto de pesquisa interdisciplinar “Compreendendo as vulnerabilidades socioambientais em contexto urbano moderno: o caso de Vila Velha (ES, Brasil)³, quando foram feitas uso de diferentes procedimentos metodológicos⁴, procura-se

² LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012 - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112651.htm acesso em 29/05/2017

³ Projeto financiado pelo CNPq e UVV-ES, inclusive contando com bolsas de Iniciação Científica (IC) e com projetos de extensão “Ecologia da Paisagem” e “Retratos de Vila Velha”, esse último coordenado pela Profa. Elizabeth Nader (do grupo de pesquisa COMUNICACOMFOTO, curso de Fotografia e Comunicação).

compreender como as vulnerabilidades, compreendidas como sendo resultado de processo de desenvolvimento ecologicamente insustentável e socialmente injusto, colocam tais comunidades em situação de risco de desastres e de injustiça ambiental. Tendo em conta esse pano de fundo, se traz, para o centro dessa reflexão, o aporte teórico da sociologia das ausências e das emergências proposta por Santos (2002) para se buscar compreender as ausências e as emergências dentro desse processo de construção de vulnerabilidades e de enfrentamento de situações de risco de desastres em contexto urbano moderno.

Parte-se, portanto, do pressuposto de que: (1) o urbano moderno, trazido pela Modernidade, se instala sobre a base biogeofísica do território sem tomar em consideração a sua lógica ecológica ou a sua estética ambiental (como se fossem ausentes da realidade); (2) aquele processo de desenvolvimento, responsável pela construção de vulnerabilidades socioambientais, revela a relação Natureza-Sociedade. O que se observou, preliminarmente, nos trabalhos de campo desenvolvidos, é que as comunidades (essas presentes na realidade) das áreas de estudo apresentam dificuldades tanto em se prepararem quanto em responderem as situações de desastres que as impactam, passando, assim, a naturalizá-las por conta da lacuna deixada pelos atores sociais envolvidos na gestão de risco; bem como não estão capazes de tornarem públicos seus problemas. Essas comunidades tornam-se, conseqüentemente, peças de um intrincado jogo político, onde motivações politiquieiras e clientelismo político (Rolnik, 1999) se juntam a

⁴ Tomando em conta o caráter multidisciplinar da equipe envolvida no projeto de pesquisa, procurou-se fazer uso de uma variedade de procedimentos tais como pesquisa documental, matriz análise de conteúdo das entrevistas com recordadores, grade de observação, registros imagéticos, mapas e cartas e trabalho de campo. Por recordadores, compreende-se serem moradores de Vila Velha que experienciaram as transformações no município ocorridas durante as últimas seis décadas. Foram identificados usando-se a perspectiva metodológica da bola de neve (*snowball*) e entrevistados com base em um roteiro de entrevistas previamente determinado pela equipe de pesquisadores.

interesses do capital imobiliário e industrial no espólio dos recursos naturais – onde se insere a mão de obra humana.

Finalmente, essa reflexão ensaística procura fazer uma releitura de cunho epistemológico, propondo a transposição da lente da sociologia das ausências e das emergências cunhada por B.S. Santos (2002) para se repensar o pensamento socioambiental sobre a vulnerabilidade como sendo elemento constitutivo da redução de risco de desastres e da injustiça ambiental em áreas de desenvolvimento tardio.

Das ausências às emergências: Vila Velha em contexto urbano moderno

Pretende-se discutir aqui como que o processo de uso e ocupação do território pode levar populações a enfrentarem situações de risco de desastres e de injustiça ambiental. A leitura é feita com base em resultados a partir do emprego de procedimentos metodológicos apontados anteriormente. E tomando como lente teórica perspectiva crítica trazida pela sociologia das ausências e das emergências de Santos (2002).

Na literatura científica, é evidente o aumento da intensidade e frequência de eventos extremos ligados às variações climáticas (Dilley *et al.*, 2005; Brauch, 2005). Tais eventos reafirmam as situações de vulnerabilidade sócio ambiental e de injustiça ambiental em que vivem populações (Alves *et al.*, 2010), principalmente, no enfrentamento do risco de desastre em países periféricos. Isso é, elas se situam em áreas de certa suscetibilidade a perigos de inundações ou deslizamentos, como encostas íngremes ou margens de corpos hídricos.

Se constata, portanto, dessa observação a coexistência de dois fenômenos: a associação de situações de vulnerabilidade social caracterizadas pelas condições de injustiça socioambiental

acarretadas pelo processo de urbanização moderno com a exposição eventos hidrológicos em áreas naturalmente suscetíveis à risco, caracterizando uma vulnerabilidade ambiental. Essa associação causa urbanismo de risco de Rolnik (2000), que é “... marcado pela insegurança, quer do terreno, quer da construção ou ainda da condição jurídica da posse daquele território” (p. 100). Assume-se nessa reflexão que pensar as vulnerabilidades nesse contexto é, na verdade, se repensar as bases do desenvolvimento capitalista industrial.

Repensando as bases dos processos de desenvolvimento e o de urbanização, o recorte teórico da lente a ser priorizada nesse ensaio pretende se basear no pensamento de Santos (2004) quando ele explora a noção da sociologia das ausências e das emergências. Assim, “ausência” é apreendida como sendo aquilo que foi colocado à margem por tais processos. Melhor dizendo, em se desacreditando das múltiplas alternativas possíveis para se pensar a relação Sociedade e Natureza, é posta, pelo pensamento moderno ocidental, como única alternativa hegemônica a se pensar o projeto de cidade moderna a fragmentação do caráter multidimensional da realidade. Sendo assim, essa “ausência” revela o modo cartesiano, antropocêntrico, ocidental de interpretar o mundo, ignorando a dinâmica do Local, do território que, muitas vezes, é considerado como sendo “vazio”. Consequentemente, é nesse “vazio” do território onde se concretiza a racionalidade hegemônica e dominadora que assujeita ou rompe com as outras racionalidades previamente existentes no Local, ou seja, a racionalidade ambiental (Leff, 2006) ou, em outras palavras, a lógica ecológica do território. Portanto, o território passa a ser ocupado pela “cidade moderna”, alterando a lógica do “vazio” local.

Nesse ensaio, se pretende transpor da perspectiva crítica de Santos (2002) as noções abaixo para se montar a lente pela qual se fará a leitura do caso de Vila Velha de modo que elas sustentem o argumento desse ensaio.

(1) razão impotente se revela sendo o “local”, apreendido como sendo todos aqueles elementos do território existentes prévia e coletivamente. Componentes interdependentes da base biogeofísica desse território, tais elementos sem voz, pois, sem capacidade de publicizar suas demandas frente a opressão do hegemônico, nada puderam fazer contra a racionalidade hegemônica, a qual interpreta, de forma míope, o local como sendo um “vazio”. Frente a essa racionalidade, que vai se revelar com o tempo como sendo de natureza econômica, o local se assujeita e vê refém da ausência de um poder realmente público;

(2) razão arrogante, apreendida como sendo a racionalidade hegemônica que se expressa através do “urbano moderno”. Essa arrogância “importa” essa racionalidade que é estrangeira e estranha. Como tal, ela ignora o Local se colocando como, hegemonicamente, única na visão tanto da razão metonímica (id, 2002) por ignorar a racionalidade natural ou ecológica inerente à base biogeofísica previamente existente, em outras palavras, a própria identidade do território; quanto da razão proléptica (id, 2002) quando assume as intervenções arrogantes como sendo inócuas, sem qualquer consequência futura. É a imposição da racionalidade ocidental hegemônica, ignorante e ignorando essa identidade da racionalidade natural local.

Com base nessas noções, assume-se que essa perspectiva da sociologia das ausências parece, assim, oportunizar o desvelar daquilo que foi ignorado pela racionalidade hegemônica: a base biogeofísica sobre a qual a cidade vive e sobrevive, base essa que poderia estar dando uma identidade outra ao urbano se tivesse sido “acreditada” pelo processo de urbanização moderno.

Vila Velha foi fundada em 1535, quando do início da colonização portuguesa nas Américas. Ele é um dos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória/RMGV (ES, Brasil) e tem uma grande importância para a expansão metropolitana devido a extensa área ainda passível de ocupação diversas, desde a expansão urbana até a instalação de projetos de logística – portuário, aeroviário, rodoviário e ferroviário – ligados às indústrias. Isso ocorre basicamente, porque a situação geográfica da capital, um maciço rochoso formando uma ilha, não comporta muito mais atividades de porte. Além disso, a localização de Vila Velha (mapa 1) é privilegiada por estar, historicamente inclusive, ligada à capital. Ele faz limite com Guarapari, ao sul, à oeste com Cariacica, à leste, tem o Oceano Atlântico e, ao norte, é separado de Vitória (a capital) pelo estuário do rio Santa Maria da Vitória, usualmente, considerado como sendo extensão da Baía de Vitória.

Mapa 1

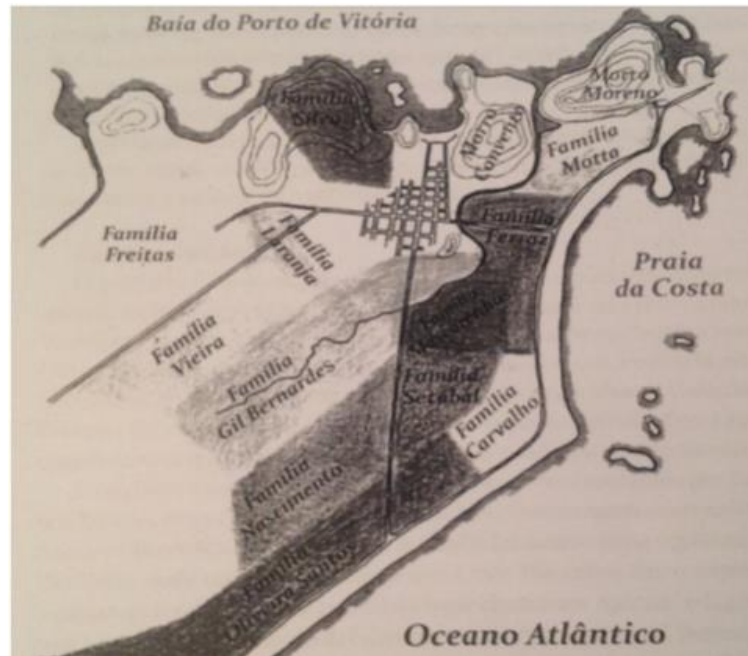


Mapa 1: Localização do de Vila Velha com seu limite norte e leste, com destaque em verde para os maciços rochosos ao norte do município.

Mais recentemente, os desastres em Vila Velha (VV) vêm ocorrendo com uma frequência e com intensidade maiores do que no passado. Registros fotográficos levantados inclusive através de sites⁵ sobre a cidade bem como as histórias de vida dos recordadores além de bibliografia de cunho histórico relatam eventos passados, principalmente, de inundações. No entanto, tais eventos tinham uma dinâmica outra, tendo frequência, temporalmente, mais esparsa apesar de, em alguns casos, terem uma intensidade, acarretando a destruição de áreas ainda pouco povoadas, pois ocupadas por fazendas de famílias de posse como alguns documentos atentam (fig. 1; D’Alcantara, 2014). Na memória de alguns, a referência é a “grande enchente de 60” (fig. 2), como é citada por alguns dos recordadores, que chegou a atingir bairros e ruas próximas ao centro da cidade, como o bairro “Toca do Coelho”.

⁵<http://www.morrodomoreno.com.br/>

Figura 1
Desenho mostrando as áreas pertencentes às diferentes famílias, áreas situadas entre a Baía de Vitória o o rio Jucu



Fonte: Sathler *et al*, 2016

Figura 2.
Jornal local abordando a “verdadeira calamidade” em Vila Velha



Fonte: Editorial Morro do Moreno, 2005.

Remontando ao passado, registros da história ambiental de VV apontam para um ambiente *insalubre* e *difícil* para o povoamento. Pelo menos três motivos poderiam estar por trás desses adjetivos (insalubre e difícil). Um primeiro, se refere ao início mesmo da colonização da área que veio a ser chamada de VV, onde habitavam indígenas, considerados pelos colonos, como sendo guerreiros, difíceis de serem civilizados. Isso fez com que os primeiros colonos se mudassem para área mais abrigada, situada onde hoje se situa o centro histórico da capital Vitória. Outros dois motivos podem se referir a insalubridade que levou ao “atraso” do povoamento do território de VV: a memória coletiva aponta para uma grande presença de mosquitos desvelando uma área de alagados. Além disso, essa característica se relaciona ao que levou a, hoje, se chama as

pessoas nascidas em VV como sendo “canelas verdes”, em alusão as algas ou plantas aquáticas que se colavam nas pernas daqueles que se aventuravam a atravessar uma área de alagado. No entanto, o que está por trás na história canela verde do ambiente *insalubre e difícil* à ocupação parece ser a presença de uma complexa rede de dinâmicas biogeofísicas, entrelaçando características de naturezas múltiplas, indo do social ao geológico.

Isto significa que a estética ambiental desse território é multidimensional tanto em termos históricos como geográficos visto que seus elementos têm caráter local e/ou global. É essa complexidade que se busca apresentar a seguir. Nesse trabalho, pressupõe-se, portanto, que é essa complexidade que não foi considerada pelo processo moderno de uso e ocupação do solo canela verde, apreendido aqui como sendo um dado modo de relação entre sociedade e natureza. As consequências futuras originadas desta forma de uso do solo não foram imaginadas então. Esse uso e ocupação expressa a racionalidade moderna no sentido dado por Leff (2006), estrangeira a racionalidade e a estética ambiental (Blanc & Lolive, 2009) da sua base biogeofísica.

Por conta do referencial moderno sobre o qual ela se constrói, essa relação deixa à margem elementos, principalmente, naturais, mas não somente eles, pois alguns sociais também o foram e o são marginalizados, *ausentes* da leitura moderna que pôde se fazer da realidade canela verde. A partir do entrecruzamento dessas *ausências*, *emergem*, da tessitura de vulnerabilidades socioambientais, questões contemporâneas, complexas, como a redução de riscos de desastres e de injustiça socioambiental em áreas de desenvolvimento tardio. Por assim dizer, desastres e injustiças, apesar de serem produtos, são apreendidas como sendo lentes capazes de magnificar a realidade, com as quais se pode observar aqueles elementos ausentes do contexto urbano moderno.

VV faz parte da bacia hidrográfica do Rio Jucu, rio que corta a porção sul do município além de outras duas bacias – a do Rio Santa Maria e a do Guarapari (Deina e Coelho, 2014). Toda a área entre o limite norte e o curso do Baixo Jucu se caracteriza por ser uma planície de inundação, que era entrecortada, de acordo com relatos de recordadores e registros documentais, por inúmeros rios, riachos e lagoas (acredita-se, que temporárias). Essa capilaridade hídrica foi sendo canalizada ou mesmo aterrada visando tornar o território menos *insalubre e difícil* (D’Alcantara, 2014; Deina e Coelho, 2014; Celante *et al.*, 2015; Sathler *et al.*, 2015). O canal da Costa é um bom exemplo e fotos aéreas dos anos 50 e 60 confirmam essa alteração – de um rio cheio de meandros (FIG. 3), onde se pescava, ele foi alterado passando a ser um canal (Monteiro, 2014). Hoje, é mais conhecido por toda a VV como “valão” por conta da degradação devido ao lançamento de esgoto sem tratamento, gerando área de risco também de saúde para a população como um todo e, em especial, aquelas comunidades em situação de injustiça ambiental que habitam suas margens.

Figura 3.
Rio da Costa em 1955 e 1962



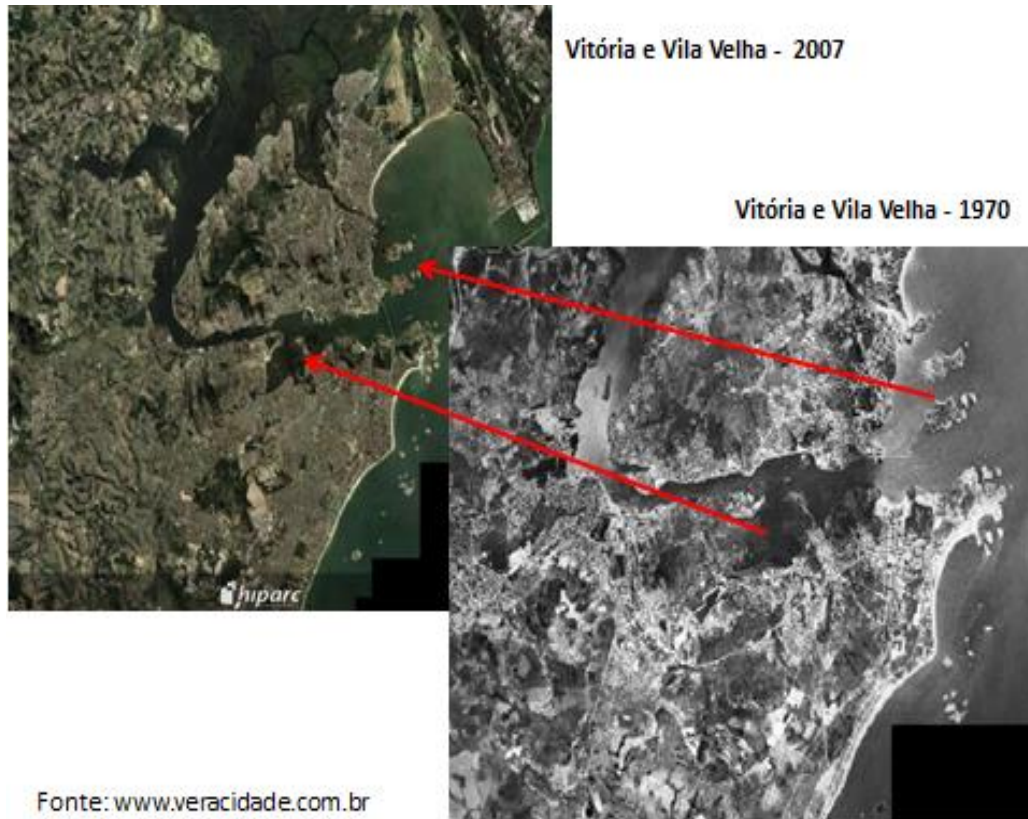
Fonte: Ministério do Exército brasileiro

Parte dessas intervenções, diques foram construídos para se evitar que as águas das cheias do Jucu atingissem, no passado, o Centro da cidade. Um ao longo do seu leito e outro próximo ao canal de Garanhuns, ambos nos anos 60. Além disso, obras de drenagem foram feitas de modo a facilitar a ocupação da área. Essas obrasse intensificaram na década de 50 quando o Departamento Nacional de Obras de Saneamento aterra, ainda, os mangues e outras áreas alagadas (Mattos e Da-Silva-Rosa, 2011; Mattos, 2011). Vale lembrar que é um período de *higienização* do território, possivelmente inspirado no movimento higienista moderno (de 1930-

65) ocorrido na cidade do Rio de Janeiro do início do século XX (Da-Silva-Rosa, 2016; Nogueira, 2017), visto que essas alterações datam, principalmente, da segunda metade do século XX.

Até esse momento, a ocupação estava, inicialmente, restrita a área norte, limítrofe à Baía de Vitória, situada bem em frente da capital (FIG. 4). A ligação entre essas duas áreas era (e, de certa forma, ainda é) muito estreita. Registros dos recordadores dão conta de que, durante algumas décadas, VV era, politicamente, parte do município de Vitória. As duas principais vias de comunicação entre as duas cidades era através: (1) do “catraeiro”, figura emblemática que conduzia moradores de VV até Vitória-Centro (e vice-versa) através de pequenas embarcações de até 5-6 lugares. Mesmo que de forma precária, essa atividade essencial para moradores de VV (afinal, a vida política estava, durante algum tempo, na outra margem) sobreviveu desde a implantação do terminal portuário nas margens da Baía, principalmente, do lado canela verde (nos anos 50-60 do século XX) até os primeiros meses do ano de 2015. Em trabalhos de campo, constatou-se que tal atividade foi *suspensa* em meados de 2015, dando prioridade a atividades mais rentáveis – a atividade portuária, que precisa de um alargamento do calado dessa parte da baía para passagem de embarcações de grande porte; (2) da linha de bonde que ligava o centro de VV até o bairro de Paul, de onde saíam os catraieiros, ou até São Torquato, de onde foi construída a primeira das três pontes que fazem a ligação, hoje, entre as duas cidades.

Figura 4.
Vila Velha e Vitória em 1970 e 2007



Fonte: site VERACIDADE

A partir principalmente dos anos 60 e 70, Vila Velha passou a se expandir para as áreas até então de posse dos pequenos fazendeiros. Essa área é, basicamente, uma planície costeira e fluvial, de solo eminentemente arenoso, portanto, com pequena capacidade de retenção das águas. Além disso, essa planície é uma área de baixio, estando, em alguns casos, abaixo no nível do mar, o que, em épocas de maré cheia, dificulta mais ainda o escoamento (Deina e Coelho, 2014). Essas características o poder público não levou (e ainda não leva na prática) em consideração na regularização da ocupação desse território.

Nessa planície, se observa a presença de alguns pequenos testemunhos dos maciços rochosos que caracterizam toda a fachada norte do município, limite com o que se denomina a Baía de

Vitória. Vale chamar atenção que esses pequenos maciços rochosos espalhados pontualmente por tal planície eram, no passado, chamados pela população local como sendo “ilhas”. Sendo assim, VV tem, hoje, alguns bairros – Ilha dos Ayres, Ilha dos Bentos - que se situam nessas áreas protegidas das inundações periódicas do rio Jucu. O regime desse é bem influenciado pela dinâmica climática que caracteriza a fachada atlântica da Região Sudeste do país. Afinal, “O monitoramento da Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS) ... mostra a atuação deste sistema atmosférico sobre o baixo Jucu, caracterizado por episódios de intensas precipitações e significativas inundações”(Deina e Coelho, 2015).

Isso foi confirmado com o evento meteorológico extremo de dezembro de 2013, quando a cidade foi a mais impactada da RMGV pelas intensas chuvas, tendo alguns bairros ficado debaixo d’água durante vários dias. Esse foi de bairros situados na margem esquerda do rio Jucu (fig. 5), próximos ao dique que aí foi construído, como é o caso do Portal das Garças, área mais recentemente ocupada por população de baixa renda e com acesso a poucas políticas públicas.

Figura 5
Visão de bairros de Vila Velha situados na margem esquerda do Rio Jucu depois dos evento de chuvas intensas de dezembro de 2013



Fonte: Jorge Sagrillo⁶

Finalmente, essas características da base biogeofísica da estética ambiental local apresenta uma dinâmica, uma racionalidade própria e singular, se mostrando sensível a eventos hidrológicos, o que acarretaria uma precaução por parte dos gestores públicos. O que se observa pelos estudos já publicados pela comunidade científica, pelos registros fotográficos levantados, pelos discursos das histórias de vida dos recordadores é que essa precaução não houve. Ao contrário, a ocupação e o uso desse território não respeita a sabedoria popular que chamava locais protegidos situados nessa planície de inundação de “ilhas”. Os aterros foram sendo feitos sobre riachos e mangues. Diques e canalizações dos rios foram construídos. Areias da planície aluvial

⁶ In Sathler *et al.*, 2016 – Recuperado de <http://www.labic.net/sem-categoria/situacao-so-tende-a-se-agravar-diz-pesquisadora-do-rio-jucu/> no 18 de julho de 2018.

foram sendo removidas para serem usadas nos empreendimentos imobiliários que cresceram muito próximos da faixa de duna e sobre os aterros, principalmente, desde a década de 90 no período dos projetos de desenvolvimento voltados para a exploração de gás e petróleo (Da-Silva-Rosa *et al.*, 2016).

Esse modelo de uso e ocupação reproduz a lógica reforçada por toda a Modernidade, a qual se baseia numa concepção de Ser humano como sendo capaz de “controlar e domar” a Natureza. Segundo Leff (2006), essa lógica se denomina a racionalidade econômica, onde tudo é assujeitado ao “poder” do capital. Esse assujeitamento se dá seja através de empreendimentos imobiliários, ocupando irregularmente a orla ou as restingas, seja através de projetos de “desenvolvimento” pela exploração intensiva de recursos naturais – pedras ornamentais, gás e petróleo, minério de ferro, os quais são exportados para o resto do país e do mundo através dos portos. Ou seja, ainda, submetendo a população de imigrantes das décadas de 60 e 70 a serem obrigadas a ocupar áreas de preservação permanente, que não eram poderiam ser ocupadas segundo o Código Florestal implantado em 1965 por inadequação das políticas públicas de habitação popular da época.

Tais políticas não deram conta das necessidades dessa população que veio de áreas rurais tanto no ES quanto de outros estados vizinhos para tentarem encontrar um emprego na RMGV da época. Desassistida por políticas públicas municipais ou estaduais, essa população conviveu e convive com situações de risco de desastres e de injustiças socioambientais. Seu poder de pressão do poder público em favor de suas demandas tem se mostrado pequeno na arena da governança territorial local como bem mostrou Monteiro (2016) quando estudou o caso de duas comunidades situadas à margem do “valão” que foi, no passado, o rio da Costa.

A guisa de conclusão

Finalmente, o presente trabalho visou discutir o modo pelo qual as condições de vulnerabilidade socioambiental se tecem em áreas urbanas periféricas. Isso foi feito a partir do caso de Vila Velha (ES, Brasil), onde comunidades pela pressão do desenvolvimento ecologicamente insustentável convivem com a injustiça ambiental e com o risco de desastre. Partiu-se do pressuposto de que o urbano moderno se instala sobre a base biogeofísica do território sem tomar em consideração a sua lógica ecológica como fossem ausentes da realidade. Através de diversos procedimentos metodológicos, apontados no início desse texto, observou que comunidades vulnerabilizadas (presentes na realidade, mas também ignoradas) apresentam dificuldades no enfrentamento tanto dos riscos de desastres como das injustiças ambientais. Essas comunidades acabam por naturalizar essas situações excepcionais.

Assim, num relato entrecortado pela história ambiental, coletiva e individual, do território vila velhense, procurou se construir o cenário de governança composto por os diversos atores locais: de um lado, alguns com seus interesses próprios e buscando fazer alianças, tendo, hegemonicamente, o capital como foco; e de outro lado, outros atores incapazes de publicizar suas questões cotidianas – aqueles que não têm voz, sejam as populações vulnerabilizadas sejam os elementos naturais, também, vulnerabilizados (pois descaracterizados). Com certo destaque, esse *ator* emerge nesse cenário contemporâneo de governança territorial, assujeitado pela pressão daqueles primeiros atores dentro de um contexto de desenvolvimento socialmente injusto e ecologicamente insustentável.

Com base nesse contexto, o que se observa através da lente teórica é a existência de uma dinâmica territorial onde há a conjugação de duas dinâmicas de uso de seus recursos naturais: a política e a social (Reginensi, 2010), privilegiando a lógica econômica em contraposição a dinâmica ecológica local quando da instalação de arranjos urbanísticos dentro daquele contexto de desenvolvimento. Assim, a população vulnerabilizada se viu refém da falta de políticas integradas por conta do Estado, que, na sua omissão, permite a ação do capital através de grandes empreendimentos que ocupam indiscriminadamente o território. Sendo assim, nesse contexto de ausência, se constroem situações de injustiças socioambientais que vulnerabilizam as comunidades, as quais se revelam ao terem de se defrontar com situações de risco de desastres. Essas últimas podem ser apreendidas com sendo o resultado de uma equação entre a razão arrogante, revelada na associação entre o moderno e lógica econômica; e razão impotente, composta pela racionalidade ecológica da base biogeofísica que emergem momentos de crise, como é o caso do enfrentamento dos desastres.

Bibliografia

- Adda, J. (1997). *La mondialisation de l'économie. Tome I. Genèse*. Paris, França: Eds. La Découverte.
- Blanc, N.; Lolive J. (2009). Vers une esthétique environnementale: le tournant pragmatiste. *Natures Sciences Sociétés*, 17, 285-292.
- Brauch, H. G. (2005). *Treats, challenges, vulnerabilities and risks. In: environmental and human security*. Bonn, Alemanha: UNU Institute for Environment and Human Security.
- D'Alcantara, E.A. (2014). *Memória do menino... e de sua velha vila*. Vila Velha, Brasil: Instituto Histórico e Geográfico de Vila Velha.
- Deina, M.A. e Coelho, A.L.N. (2014). As inundações no município de vila velha e a importância das bacias hidrográficas no suporte ao planejamento. *Revista Geonorte, Edição Especial* 4, 10(1), 198-203.
- Deina, M. A. e Coelho, A.L.N. (2015). A Influência da Zona Convergência do Atlântico Sul (ZCAS) nos Eventos de Inundação no Baixo Jucu em Vila Velha (ES). *Geografia (Londrina)*, 24(2), 5-23.

da Silva, T.R.; Reginensi, C.; Gava Monteiro, T. Matos de Souza, R. (2018). O cruzamento das ausências e das presenças na tessitura de vulnerabilidades e de riscos de desastres em áreas de desenvolvimento tardio: o caso de Vila Velha (Espírito Santo, Brasil) / The intersection of absences and presences in the context of vulnerabilities and disaster risks in areas of late development: the case of Vila Velha (Espírito Santo, Brazil). *Estudios Rurales*, vol. 8, N° Especial (Octubre), ISSN: 2250-4001, CEAR-UNQ. Buenos Aires; pp. 179-202.

- Dilley, M. R. S.; Chen, B.; Deichmann, U.; Lerner-Lan, A.; Arnold, M. (2005). *Natural disaster hotspots: a global risk analysis*. Washington, DC: World Bank Publications.
- Leff, E. (2006). *Racionalidade ambiental – a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira.
- Mattos, R. F. da S. (2011). *Expansão urbana, segregação e violência: um estudo sobre a região metropolitana da Grande Vitória*. Vitória, Brasil: EDUFES.
- Mattos, R., e Da-Silva-Rosa, T. (2011). Reestruturação econômica e segregação socioespacial: uma análise da Região da Grande Terra Vermelha. Em *Anais do I Seminário Nacional do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais*. Vitória, Brazil.
- Monteiro, N. (2014). O Rio como integrante urbano: um olhar sobre o canal da Costa. Em *Monografia em Arquitetura e Urbanismo, MULTIVIX*. Vitória, Brasil.
- Reginensi, C. (2010). Práticas formais e informais na cidade (in)sustentável. En M.F.C.M Gomes & B. M. J. Souza. *Cidade e sustentabilidade: mecanismos de controle e resistência* (pp. 125-140). Rio de Janeiro, Brasil: Terra Vermelha.
- Rolnik, R. (2000). Exclusão Territorial e Violência. São Paulo em perspectiva, 13(4), 100-111.
- Santos, B. de S. O Fórum Mundial Social como epistemologia do Sul. En *O fórum social mundial: manual de uso, 2004*. Recuperado de <http://www.boaventuradesousasantos.pt/documentos/fsm.pdf> no 18 de julio de 2018.
- Siqueira, M.P.S. (Org.). (2010). *Industrialização e empobrecimento urbano. O caso da Grande Vitória* (2nd ed.). Vitória, Brasil: Grafitusa.

Presentado: abril 2018

Aprobado: septiembre 2018